

# Economista desaconselha choque

**MARISA CASTELLANI**

É absolutamente irreal se pensar, no momento, em qualquer saída heterodoxa para a situação atual da economia brasileira, porque nenhuma das pré-condições necessárias para esse tipo de choque está satisfeita hoje, em especial a existência de uma inflação predominantemente inercial. A afirmação parte da economista Maria Sílvia Bastos Marques, do Centro de Estudos Monetários e de Economia Internacional da Fundação Getúlio Vargas, para quem "um novo choque, baseado num diagnóstico errado da economia, repetindo assim as falhas do Plano Cruzado, provocaria consequências ainda piores do que as que vivemos hoje".

Maria Sílvia Marques — doutora em economia pela Escola de Pós-Graduação de Economia da Fundação e professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio — acaba de publicar, pelo Instituto Brasileiro de Economia da FGV, um dos primeiros trabalhos analíticos sobre a recente experiência brasileira de reforma econômica, intitulado "O Plano Cruzado: Teoria e Prática." Nesse estudo, ela levanta os erros de diagnóstico da situação da economia na época imediatamente anterior à aplicação do Plano Cruzado e também os problemas de implementação inadequada do programa. E conclui que, a curtíssimo prazo, o mais importante é o governo recuperar sua credibilidade e fazer uso de instrumentos ortodoxos, de modo a evitar que a desorganização da economia tome o rumo da recessão.

Em seu trabalho, Maria Sílvia chama atenção para o fato de que o momento da concepção das duas propostas heterodoxas que receberam particular destaque no meio acadêmico — as dos economistas

Francisco Lopes e André Lara Resende — foi diferente do momento da aplicação efetiva do chamado "Plano Cruzado", o que acabou gerando problemas na implementação do programa. Os pontos comuns aos dois planos antinflacionários — o "choque heterodoxo", de Lopes e "a moeda indexada" de Lara Resende — foram "o diagnóstico de que a inflação brasileira era predominantemente inercial, o objetivo de reduzir a inflação sem recessão, a realização de reforma monetária, a necessidade de se converter salários e preços para a nova moeda pelas suas médias reais (e não pelos picos) e a aposta em taxas de inflação na nova moeda próximas de zero".

Como ambas as propostas partiam da hipótese de que a inflação era essencialmente inercial — na ausência de um choque inflacionário, a inflação seria resultado dos mecanismos de sua própria realimentação — elas tiveram uma tendência a "negligenciar, em maior ou menor grau, a importância das condições da demanda", observou a economista. "E por isso nenhuma das duas incluiu, explicitamente, recomendações de austeridade monetária e fiscal."

Esse diagnóstico poderia parecer correto no segundo semestre de 84, época em que os dois planos foram concebidos: a inflação estava mais ou menos estabilizada em torno de 9 ou 10% ao mês (200% ao ano), depois de ter subido mais de cem pontos percentuais no ano anterior. Também se acreditava que o déficit público estava sob controle e que não existiam grandes pressões de consumo e oferta (portanto, não havia muita necessidade de correção de preços relativos). Um choque agrícola não era esperado e as contas externas estavam em boa situação.

Mas o que acontecia, de fato, na época da efetiva implantação do Pla-

no Cruzado? A demanda estava muito mais aquecida do que se imaginava, explicou Maria Sílvia, já que a massa salarial no País havia crescido 18,96% em 1985, em decorrência de 13,41% de ganho real de salários e de aumento de 4,8% no nível de emprego (dados do Ministério do Trabalho). Do lado da oferta, o problema foi o choque agrícola (consequência da seca de 85) e, portanto, ressaltou a economista, "a inflação não era mais predominantemente inercial". Muitos preços, especialmente as tarifas públicas, congeladas em 85 pelo ex-ministro Francisco Dornelles, estavam defasados. Só as contas externas funcionavam bem, mas a maioria dos pressupostos básicos para ambos os planos não estava satisfeita.

Maria Sílvia chama atenção para o fato de que, mesmo constatando os problemas, como o aquecimento da demanda e a defasagem de muitos preços, o governo não tomou medidas eficazes para resolvê-los. O temor de gerar alguma consequência recessiva, aliado a razões políticas, levou o plano a se tornar extremamente expansionista. A economia operando a plena capacidade, simultaneamente à aceleração do consumo, provocou estrangulamento da oferta. As políticas monetária e fiscal, negligenciadas na elaboração do plano, tiveram comportamento nitidamente expansionista: aos subsídios já tradicionais (trigo, açúcar, álcool e outros), por exemplo, somaram-se outros, como o do leite e o da carne. As defasagens das tarifas públicas e a manutenção do congelamento de preços de alimentos durante a entressafra pressionaram as finanças do governo. Os "empréstimos compulsórios" sobre combustíveis e automóveis e as medidas do Cruzado II foram instrumentos muito mais de arrecadação tributária do que de

contenção do consumo, afirmou a economista.

A diferença principal entre o momento atual e aquele que antecedeu o Plano Cruzado, segundo Maria Sílvia, é que hoje o País não tem apenas a restrição interna, mas também a externa, duas questões que ela considera "indissociáveis e urgentes". O ponto favorável é a inexistência de choque agrícola. A demanda sofreu um processo de desaquecimento do final do ano passado para cá, mas se não estiver num patamar adequado, diz ela, o problema poderá repetir-se em caso de novo choque. Mas, o pior é que o governo perdeu a credibilidade e precisa recuperá-la a curtíssimo prazo, sob pena de condenar ao fracasso qualquer outra iniciativa de correção dos rumos da economia.

O governo perdeu o controle dos preços, mas, salientou ela, ainda está em tempo de recuperá-lo, diferenciando o que é realinhamento e o que significa especulação". Mas, afirmou, é preciso que o discurso não contrarie a prática e que, falando em austeridade, o governo tome atitudes na mesma direção. E, nesse ponto, ela questiona projeto da construção da ferrovia Norte-Sul, "quando existem outras necessidades prioritárias de investimentos, como na área de energia elétrica".

Na fase atual, segundo Maria Sílvia, o governo deve usar os instrumentos convencionais de política monetária e fiscal para tentar aproximar a inflação do equilíbrio. Precisa cortar os gastos públicos e ter juros reais positivos, para não haver mais explosões. Deve dizer à população que não haverá outro choque, simplesmente porque não existem condições para isso. E fazer uso de instrumentos que apontem numa única direção: austeridade.

(Rio-Ag. Estado)